



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 29/2018

DATA: 18/16/2018

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2018 -
4ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2018 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação à Nota Técnica SUPOF/SEFAZ 21/2018- 3ª Revisão de Receita.

Observa-se na presente Nota, que nada obstante a indicação de redução na expectativa de arrecadação geral por parte do Estado, a recuperação da economia associado ao incremento de alíquotas tributárias têm contribuído para o avanço da arrecadação das Receitas Correntes.

Ademais, observa-se que o setor óleo e gás, imprescindível para economia fluminense, têm verificado sinais de recuperação. O ambiente mais favorável a Petrobras, vinculado à valorização do preço do óleo no mercado internacional, bem como o aumento verificado na produção ensejou em reavaliação positiva na receita de Royalties e Participações Especiais.

Convém ressaltar, que se optou em manter o posicionamento conservador com relação à realização das Receitas Não Recorrentes face às incertezas que permeiam o cenário econômico atual. Neste particular, as Operações de Crédito relativas aos Restos a Pagar prevista, anteriormente, para ocorrer no ano de 2018 foram remanejadas para o exercício de 2019.

As previsões das Receitas Ordinárias do Tesouro objetiva estabelecer com base em método científico a adequação da gestão fiscal, em consonância com a evolução do

cenário econômico e a realização da própria receita. Considera-se, ainda, que a alteração prevista no âmbito da arrecadação do Tesouro parametriza e orienta a liberação de recursos, na busca pelo equilíbrio orçamentário e financeiro. Desta forma, a expectativa de Receita aqui apresentada está pautada nas Receitas Próprias do Estado.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totaliza R\$ 66,4 bilhões. O valor representa uma redução de R\$ 1,8 bilhão em relação à 3ª Revisão de Receita, concentrado em Operações de crédito, cujo ajuste no fluxo esperado para essa Receita deve ocorrer somente no exercício de 2019 ensejando a redução de R\$ 3,3 bilhões ante a previsão anterior. Por outro lado, observa-se incremento de Receita no tocante à Receita de Royalties e PE (+R\$ 658 milhões em relação à 3ª Revisão). No que tange à Receita Tributária destaca-se o incremento de receita esperado na arrecadação de ICMS, com uma reavaliação de + R\$ 1,1 bilhão em relação à 3ª Revisão.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

A atividade econômica apresenta sinais de crescimento, em que pese a retomada se dê de modo gradual e lento. Enseja-se, ainda, sinais erráticos em relação à consistência do desempenho da economia no médio e longo prazo.

As incertezas quanto à sustentabilidade da dívida pública em ambiente de déficit fiscal retumbante é potencializado pelo cenário eleitoral adverso. Os agentes econômicos mostram-se, portanto, menos afetos a novos investimentos e a retraem-se em decisões de consumo mais relevantes.

No tocante ao Estado do Rio de Janeiro – ERJ observa-se que o período de severa crise fiscal no contexto recessivo, sobretudo, em razão da retração dos investimentos na cadeia de óleo e gás e relacionado aos Grandes Jogos culminou em quadro de notórias dificuldades econômico-financeiras ao Estado.

De certo, o cenário atual apresenta-se mais auspicioso em especial no que tange aos processos de retomada dos investimentos da Petrobras em ambiente institucional e de mercado mais favorável ao setor e à empresa.

Ademais, a homologação do Plano de Recuperação Fiscal permite gestão mais adequada do Tesouro Estadual na retomada para normalizar a prestação dos serviços públicos essenciais.

Neste diapasão, espera-se crescimento do PIB para o ano de 2018, embora no campo positivo, bem abaixo da expectativa verificada no início do ano. Corrobora-se, assim, que a economia apresenta sinais de desempenho fraco, após longo e forte período recessivo. O crescimento projetado para o Brasil é da ordem de 1,35%, segundo Boletim Focus datado de 21.09.18.

Destaca-se, por outro lado, que nos últimos anos alcançou-se redução substancial da inflação. A credibilidade da autoridade monetária, associada ao longo período recessivo contribui sobremodo para acomodação geral dos preços. Ademais, instam-se as safras recordes que, indubitavelmente, ensejaram reduções consistentes da inflação de alimentos.

No tocante à economia internacional, verifica-se expectativa menos favorável em relação ao crescimento da economia mundial. As tensões comerciais envolvendo os Estados Unidos e a China contribuem para agravar as incertezas no cenário externo. Adicionalmente, a crise observada na Argentina também tem produzido efeitos negativos no que tange às exportações brasileiras, em especial de produtos manufaturados.

Neste contexto, observa-se, recentemente, desvalorização do real frente ao dólar na esteira das incertezas relacionadas ao cenário eleitoral. Nota-se, que o câmbio médio em setembro de 2018 foi de R\$ 4,12 R\$/US\$ contra R\$ 3,13 R\$/US\$ registrado no mesmo período de 2017. A expectativa do mercado para o ano de 2018 é de um câmbio médio de 3,72 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de 21.09.18.

De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a agosto de 2018, saldo

acumulado de US\$ 39,370 bilhões ante + US\$ 48,087 bilhões, no ano anterior. Nesta linha, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a agosto de 2018 de + US\$ 2.409 bilhões contra um superávit de US\$ 8.045 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a agosto de 2018 de 2,85% contra 1,62% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (21/09/2018) prevê que o índice feche o ano de 2018 em 4,28%. A greve dos caminhoneiros em maio associado à valorização do dólar frente ao real verificado recentemente contribui para aceleração da inflação projetada no período.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA apresentou semelhante comportamento, no período compreendido entre janeiro e agosto de 2018, quando acumulou 3,29%, ante 1,98% em 2017.

Pelo lado da oferta, a indústria brasileira demonstra recuperação da atividade. Contudo, verificaram-se sinais de desaceleração nos últimos meses. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira em geral de janeiro a agosto de 2018 registrou uma variação percentual acumulada de + 2,5%. No ERJ notou-se uma alta mais relevante no mesmo período da ordem de 4,5%.

Diante da expectativa de uma recuperação gradual da demanda interna, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (21/09/18), deve fechar o ano de 2018 com um aumento de 2,78%. Segundo o mesmo relatório, espera-se para 2019, crescimento de 3,0%.

No particular setor de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias verificou-se desempenho extremamente favorável, em linha com as estatísticas relativas ao ano passado. De acordo com dados do IBGE, o referido setor no âmbito nacional obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e agosto de 2018 de 18,4%, o ERJ, por sua vez, apresentou comportamento superior, com elevação de 33,8%.

O comércio varejista, por seu turno, demonstra retomada lenta, após prolongado período de retração das vendas. No acumulado do ano (janeiro a agosto de 2018) o país apresentou crescimento percentual de 2,6%. Com relação ao ERJ, se verificou

recuperação ainda menos importante da atividade. Desta forma, a redução acumulada no Estado foi de 0,9% (janeiro a agosto de 2018).

O mercado de trabalho no ERJ ainda não produziu efeitos contundentes no que tange à recuperação efetiva. Observam-se, apenas, sinais de estabilização dos indicadores. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de agosto de 2018 indicam variação mensal de + 0,09%, fruto da criação líquida de 2.917 vagas. No ano, o saldo está no campo negativo com a destruição líquida de 4.036 postos de trabalho, um decréscimo de 0,12%. Contribuiu para o citado desempenho desfavorável o setor de comércio e construção civil. Portanto, nota-se que na esteira da recuperação lenta da atividade econômica deve ser percebida, somente, evolução tímida do mercado de trabalho nos próximos meses.

III – Descrição das variações de projeção de Receita do Tesouro:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receitas próprias do Tesouro, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1- Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2018 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		4ª Revisão X 3ª Revisão	
		3ª Revisão (F)	4ª Revisão (G)	(G - F)	Δ% (G/F-1)
IRRF	100	3.813	3.813	-	
IPVA	100	2.925	2.852	- 73	-2,5%
ITD	100	1.334	1.148	- 186	-14,0%
FECP	122	4.786	4.792	6	0,1%
ICMS	100	34.493	35.620	1.127	3,3%
TAXAS	132	30	25	- 6	-18,5%
Receita Financeira		38	60	22	59,1%
Royalties & FEP		11.806	12.465	658	5,6%
FPE	107	1.397	1.397	-	
IPI	107	1.008	1.008	-	
Lei Kandir	107	84	84	-	
CIDE	126	81	66	- 15	-18,8%
FEX	101	68	68	-	
Multas e Juros		664	578	- 86	-13,0%
Dívida Ativa		237	240	3	1,2%
Dep. Judiciais tributários	190			-	
Ressarcimento de pessoal cedido		73	116	42	57,5%
Restituições e Indenizações		105	166	61	57,6%
Demais Receitas	101	26	15	- 11	-42,3%
Alienação de Bens	133	-	-	-	
Outros		122	102	- 20	-16,5%
Subtotal 1		63.093	64.614	1.521	2,4%
Salário Educação	105	476	399	- 76	-16,1%
Operações de Crédito	111	4.654	1.378	- 3.276	-70,4%
Subtotal 2		5.130	1.777	- 3.353	-65,4%
TOTAL GERAL		68.222	66.391		

*Receita Bruta (com FUNDEB & Transferências aos Municípios)

1. **IPVA** – Alterado em menos 73 milhões (-2,5%) em relação à 3ª Revisão. O modelo estatístico estimou para 2018 o valor de R\$ 2,85 bilhões, refletindo o comportamento da receita realizada no primeiro semestre de 2018.
2. **ITD** – Este imposto teve a previsão para 2018 reduzida para R\$ 1,1 bilhão, uma redução de R\$ 186 milhões em relação à 3ª Revisão. O alinhamento de expectativas reflete o desempenho desfavorável da arrecadação. O comportamento da Receita do referido imposto pode ser explicado pelo movimento de antecipação das transações por parte dos contribuintes com o anúncio prévio da majoração tributária.
3. **ICMS** – Reavaliado em R\$ 35,6 bilhões, projetando-se crescimento nominal de 3,3% (+R\$ 1,1 bilhão), em relação à 3ª Nota de Revisão de Receita. O esperado aumento da Receita de ICMS é resultado das medidas de modernização da arrecadação, entre elas o Programa Fisco Fácil, em implantação desde o 2º semestre de 2017. Somado a isso, plataformas importadas pela Petrobras através do regime aduaneiro especial Repetro justificam em parte o bom desempenho desse imposto. Adicionalmente, a retomada da economia impulsionou, em certa medida, a arrecadação de ICMS nos primeiros meses do ano.
4. **Operações de Crédito** - Reavaliado em menos R\$ 3,3 bilhões (-70,4%) em relação à 3ª Nota de Revisão de Receita. Considera-se nessa reestimativa o deslocamento da Operação de Crédito de Restos a Pagar, autorizada no PRF, para o exercício de 2019.
5. **Royalties** – Estima-se que a receita de Royalties e Participações Especiais seja R\$ 658 milhões maior em relação à 3ª Nota de Revisão de Receita. A nova receita esperada para o exercício (R\$ 12,5 bilhões) tem os parâmetros de Brent médio 2018 de US\$ 70 e Câmbio R\$/US\$ 3,54. Associa-se a esses parâmetros o crescimento de produção, já considerado o novo preço referência, conforme Resolução ANP nº 703/17. Com base nessas variáveis, estima-se que caberá ao Rioprevidência R\$ 9,9 bilhões desta receita, o que representa 80% das Participações Governamentais do Estado nesse período.

Tabela 2

ROYALTIES		Revisão 3	Revisão 4
		11.806.368.425	12.464.530.176
	Tranferências aos Municípios	446.267.075	584.564.363
	PASEP	113.601.014	118.799.658
Fonte 104	FECAM*	568.005.068	593.998.291
	FISED (FR 103)**	402.969.380	319.785.508
	Indenização a União	914.859.287	914.859.287
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	9.360.666.602	9.932.523.069

* Incluído valor apurado de DRE relativo ao FECAM

** Emenda Constitucional nº70 de 2017

Tabela 3 - Reestimativa de Receita Tesouro 2018 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	3º Revisão (F)	4º Revisão (G)	4ª REVISÃO x 3ª REVISÃO	
				(G- F)	Δ% (G/F-1)
IRRF	100	3.813	3.813		
IPVA	100	2.925	2.852	(73)	-2,5%
ITD	109	1.334	1.148	(186)	-14,0%
ICMS	100	34.280	35.266	986	2,9%
Multas e Juros	100	641	550	(91)	-14,2%
Dívida Ativa	100	217	212	(4)	-1,9%
Receita Financeira	100	0	-	()	-100,0%
Restituições	100	43	-	(43)	-100,0%
TOTAL	100	43.252	43.841	589	1,4%
Receita Financeira	101	34	55	20	58,5%
Demais Transf. União	101	68	68		
Multas e Juros	101	5	4	(1)	-20,1%
Indenizações e Restituições	101	63	166	103	164,5%
Demais Receitas	101	26	15	(11)	-42,3%
Dívida Ativa	101	10	17	7	70,0%
Demais Receitas	101	111	97	(15)	-13,1%
TOTAL¹	101	317	421	104	32,7%
FEEF	102	213	354	141	66,2%
Multas e Juros	102	1	5	4	316,7%
TOTAL		214	359	145	67,6%
Royalties	103	394	320	(75)	-18,9%
Royalties	104	2.124	2.212	88	4,2%
Royalties	231	9.288	9.933	644	6,9%
TOTAL		11.806	12.465	658	5,6%
Salário Educação	105	476	399	(76)	-16,1%
Outros	105	2	4	3	179,9%
TOTAL	105	477	403	(74)	-15,5%
FPE	107	1.397	1.397		
IPI	107	1.008	1.008		
Lei Kandir	107	84	84		
Outros	107	0	0	()	-33,3%
TOTAL	107	2.489	2.489	()	-0,0%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	23	26	3	13,3%
Ressarcimento de Pessoal Cedido Intra	120	51	90	39	77,0%
Total	120	73	116	42	57,5%
FECP	122	4.786	4.792	6	0,1%
Multas e Juros	122	18	19	2	9,7%
Dívida Ativa	122	10	11		1,3%
TOTAL	122	4.814	4.822	8	0,2%
CIDE	126	81	66	(15)	-18,8%
outros	126	1	0	()	-53,5%
TOTAL	126	82	66	(16)	-19,2%
Taxas	132	30	25	(6)	-18,5%
Multas e Juros	132	0	-	()	-100,0%
TOTAL	132	30	25	(6)	-18,8%
Alienações	133	-	-		
Outros	195	11	5	- 6	-52,6%
Outros	111	4.655	1.379	- 3.276	-70,4%
Total Geral		68.222	66.391	(1.831)	-2,7%

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 4 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

		Em mil R\$						
ORIGEM DA RECEITA	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	8.683.288	7.134.547	6.528.165	7.690.708	6.736.218	7.025.768	43.798.695
	102	69.568	50.615	57.924	55.947	77.746	47.409	359.210
	122	820.592	775.150	772.124	831.031	789.348	833.408	4.821.653
	132	3.905	4.900	3.529	3.467	4.032	4.910	24.743
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	-	-	-	-	-
	101	79.947	14.422	14.221	8.088	18.834	11.353	146.866
	103	-	-	92.869	103.889	5.683	128.711	319.786
	104	1.242.218	99.159	237.263	329.866	109.222	194.494	2.212.222
	105	385	796	756	809	735	755	4.237
	107	-	-	15	7	2	1	25
	111	561	155	79	157	89	77	1.118
	126	120	18	62	70	59	85	413
	231	945.154	685.101	2.304.289	2.917.195	642.763	2.438.020	9.932.523
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	258	572	228	504	436	567	2.565
	195	1.769	411	319	-	2.295	206	5.000
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	-	-	-	22.806	45.612	68.418
	105	78.681	57.729	56.272	56.320	76.802	73.435	399.238
	107	474.628	387.811	459.176	371.335	369.183	426.866	2.488.998
	126	20.797	17.986	-	17.938	9.218	-	65.939
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	9.093	4.909	6.742	6.860	6.915	7.481	42.000
	101	9.804	16.702	8.100	128.420	17.656	20.819	201.501
	120	5.464	3.869	3.756	5.508	3.545	3.359	25.500
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	900.000	23.604	13.077	42.405	24.748	373.894	1.377.729
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	-	-	7	0	7
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	127	550	239	201	346	441	1.904
	120	18.687	20.095	6.512	13.501	14.779	16.426	90.000
Total Fontes de Recursos do Tesouro		13.365.048	9.299.102	10.565.717	12.584.225	8.922.102	11.654.096	66.390.290

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

VI- Conclusão

A presente Nota visa, portanto, alinhar a Receita do Tesouro Estadual face à alteração da conjuntura econômica e a evolução da própria arrecadação realizada no ano de 2018 até o momento, em parte por conta da implantação de Medidas de Ajuste autorizadas no PRF, dentre elas projetos de Modernização Fazendária e alteração da Lei do REPETRO cuja receita neste exercício já alcançou mais de R\$ 900 milhões, no âmbito do ICMS.

Contudo, o ano de 2018 se impõe, ainda, desafiador sob a ótica fiscal para o ERJ. O almejado equacionamento das Receitas e Despesas depende de iniciativas que cumpram o condão de ajustar as despesas à capacidade arrecadação do Estado.

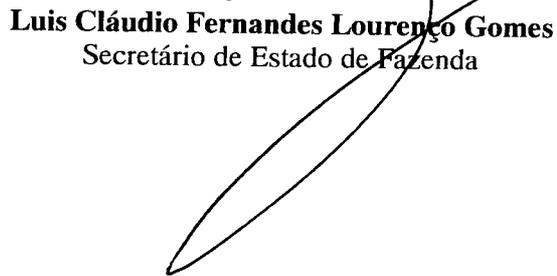
Em relação aos valores atribuídos nesta Nota propõe-se a alteração da Receita por motivos elucidados anteriormente e que afetam diretamente o equilíbrio orçamentário e financeiro e, por conseguinte orientam a adequação e gerenciamento ativo do orçamento, a fim de mitigar riscos e aperfeiçoar o controle estatal sobre as finanças estaduais.

Com efeito, esta Nota tem o condão de atribuir receitas asseguradas. Neste particular, iniciativas em curso que resultem em aumento da arrecadação, mas que, ainda, não foram efetivadas, estão propositalmente excluídas da atual projeção de receita, de sorte que coadune com o princípio da prudência e conservadorismo nas projeções de orçamento.


Raphael Philippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Joséia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,


Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes
Secretário de Estado de Fazenda